

4

Catadores dentro e fora do território de jardim gramacho

4.1

Catadores, pobreza e exclusão social

(...) o catador não pode ser considerado um excluído (enquanto estado permanente), pois ele é um elo incluído em uma cadeia produtiva, ainda que de forma marginalizada, e possa, com isso, sofrer rupturas sociais em outras dimensões da vida em sociedade.

Raquel de Souza Gonçalves, 2005

Quando trazemos a reflexão acerca da condição de pobreza e exclusão social para o cenário dos catadores do território de jardim gramacho, consideramos importante articular a realidade encontrada com os conceitos tratados neste estudo.

Neste sentido consideramos significativo retomar as reflexões efetuadas por Luciano Oliveira em seu artigo “Os excluídos existem?”, onde ele ao fazer uma revisão acerca do conceito de exclusão social, apresenta como recomendável que tratemos de excluídos todos aqueles que mais do que simplesmente pobres estejam próximos da situação de miserabilidade e que, para tanto, sejam eles identificados como aqueles que não estão inseridos no mercado formal de trabalho, tendo somente a via informal como alicerce de sobrevivência.

O autor elucida a mesma análise promovida por Elimar Pinheiro Nascimento, quando este aponta a questão da existência da nova exclusão social, afirmando, portanto, que no mundo atual tornam-se desnecessários economicamente, todos os trabalhadores que não estejam habilitados para serem absorvidos pelos novos processos produtivos que por si só, não necessitam da mão-de-obra humana.

Embora sejam desnecessários ao mercado formal, estes trabalhadores, dentro dos limites impostos pela natureza do trabalho com lixo, ainda conseguem, mesmo de forma perversa, serem incluídos em algumas situações de vida que por vezes leva ao entendimento de que não são pobres, conforme socialmente o imaginam, pois conseguem adquirir bens comuns como qualquer trabalhador brasileiro, embora para isto tenham que dispor de um esforço dobrado, subumano. Além deste fator outro dado de realidade, é o fato de que mesmo que adquiram estes bens e até percebam maiores quantias, há uma dificuldade, quanto ao processo de mobilidade social, pois os catadores não conseguem migrar de uma classe social para outra, permanecendo sempre

no mundo desenhado pelo território de jardim gramacho, onde as oportunidades de acesso são reduzidas.

A outra forma de exclusão/inclusão existente é a relação estabelecida entre o catador com aquele que compra o produto do seu trabalho, sucateiro, pois embora seja ele partícipe da cadeia industrial produtiva, só se inclui no momento da captura do material que garimpa na frente de serviço, pois na hora da remuneração, o processo de excluí-lo dos lucros do produto é uma constante.

Este fator pode ser articulado ao que alguns autores denominam de violência social produzida pela pobreza e para Bursztyn esse processo tem três etapas e a que mais se aplica no território de jardim gramacho é a da desqualificação, que segundo o autor, “demoniza” o outro, e é o que mais acontece na relação que o catador estabelece através da comercialização do seu produto. Podemos ratificar esta posição através da fala de Raquel Gonçalves, quando a autora faz uma análise a respeito da relação dos catadores com os atravessadores:

Embora a reciclagem do lixo seja um negócio economicamente rentável, o ciclo de comercialização tem se conservado à margem da legalidade, fazendo com que o trabalho dos catadores seja o elo inicial de uma engrenagem econômica, que se reproduz em condições de marginalidade, na ausência quase absoluta de direitos trabalhistas e na compra de mercadorias por parte dos intermediários e das fábricas de modo informal (Gonçalves, 2005, p. 95).

Outro ponto evidenciado no território de jardim gramacho que pode ser considerado um processo de exclusão social proporcionado pela informalidade advinda da atividade de catar lixo, é o fato de identificarmos que dos 142 catadores abordados, somente 20 têm garantias previdenciárias, pois contribuem para a Previdência Social, e três são aposentados, pois a maioria, ou seja, 119 pessoas não têm assegurado o direito à previdência. Acreditamos que este fato se processe em razão do benefício ser algo que só se materialize mediante uma necessidade, e isto faz com que o trabalhador não vislumbre a importância de compromissar-se com estes encargos, que na perspectiva do mercado formal está embutido tanto nos recebimentos como nas deduções, tornando-se invisível.

E no caso específico dos catadores do território de jardim gramacho, quando adoecem e/ou sofrem acidentes, ficam a mercê da sorte, pois não há garantias asseguradas para remunerá-los no período de afastamento, somente excetuando desta situação os catadores inseridos na COOPERGRAMACHO, pois até mesmo os que estão filiados à ACAMJG ainda não têm autonomia previdenciária assegurada.

Estes elementos apontados e existentes na vida cotidiana dos catadores do território de jardim gramacho, nos permitem ancorar nosso posicionamento a respeito da situação social vivida por eles, no que foi posicionado por Yasbek (2001), a respeito de pobreza, quando ela enfoca que esta é a fase do descarte da mão-de-obra barata, que produz uma população de sobrança, pessoas que se transformaram em não empregáveis e que, portanto não são reconhecidas pela sociedade.

Neste sentido, encaramos a relação que é estabelecida entre os catadores e sua condição de pobreza, conseqüentemente de exclusão social no território de jardim gramacho, pois outro fator que ficou evidente para nós neste estudo é que esta pobreza apontada e que leva estas pessoas para a atividade de catação não é oriunda do processo migratório, mas da própria metropolização, conforme aponta Campos et al (2004):

As regiões metropolitanas sempre foram pólos econômicos, políticos e culturais importantes. Seu brilho, no entanto, tem sido altas taxas de violência, grande contingente de desempregados, insuficiência e precariedade de moradias etc.

Mesmo assim, juntas, as regiões metropolitanas de Salvador, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Curitiba, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo representavam 29,6% da população brasileira. Ou seja, em 2000, em nove regiões metropolitanas moravam quase um terço dos brasileiros.

Todavia, parcela importante de seus domicílios encontrava-se em situação de pobreza. Estudos recentes atestam que 29,8% da população pobre no Brasil localiza-se nas regiões metropolitanas. Em outras palavras, mesmo sendo consideradas áreas ricas, as regiões metropolitanas guardavam dentro de si uma pobreza imensa, compactada em poucos municípios e surpreendentemente criativa.

Donas de populações tão significativas, as regiões metropolitanas sofreram nas duas últimas décadas uma redução do número de postos com carteira assinada, diminuindo sua participação no conjunto do país. Em 1980, essas áreas representavam 48,5% de todo emprego formal brasileiro (Campos et al, 2004, p. 93 - 94).

Enfim, podemos afirmar que os catadores de lixo do território de jardim gramacho, atores principais do nosso estudo, são pessoas empobrecidas porque são considerados mão-de-obra barata desqualificada e, por conta disso, sem acesso ao mercado formal de trabalho, excluídos de bens e serviços assegurados aos trabalhadores, filhos da metropolização da pobreza e ainda pessoas sem poder e força política no cenário socioeconômico, político e ambiental, portanto, sem condições para promover a mobilidade social necessária para ascender no grupo social.

4.2

Catadores e o sentido do estigma

Entre muitos, porém, ainda vigorava um forte desejo: a possibilidade de conseguir “um trabalho limpo e com carteira assinada”. Sabiam que eram

reconhecidos como “seres humanos diferentes”, mas queriam levar uma vida “como manda o figurino”. Enquanto isso não acontecia, o jeito era apenas um “eu trabalho, descanso e fico na esperança”.

Denise Juncá, 2004.

A realidade vivida pelos catadores do território de jardim gramacho lhe aponta um cenário permeado por elementos discriminativos que levam este trabalhador a ter um sentimento de eterna convivência com o rejeito, fazendo-o crer que sua condição de vida é diferente das demais pessoas.

Por outro lado, podemos observar que as pessoas que não lidam diretamente com os catadores, também se consideram diferentes deles, pois conforme Goffman aponta, “os normais” acreditam que os estigmatizados não são completamente humanos e procuram proceder através de ações sociais benevolentes, a fim de suavizar o sofrimento imposto pela vida.

No território de jardim gramacho este fato se processou na medida em que, ao pensarem na forma de organização do trabalho de catação para os catadores, o Poder Público representado pela COMLURB apontou a perspectiva cooperativista como a solução mágica para a resolução dos problemas e garantia de trabalho e renda, no entanto esqueceu-se de elencar como possibilidade o fato deles não serem capacitados para tocar o negócio sozinho, aliado ao fato de não serem detentores do capital para concorrerem com os atravessadores, que já possuem o domínio da cadeia produtiva industrial.

Sendo assim, quando o projeto atendeu menos de 10% do contingente de catadores existente, foi mais fácil apontar um culpado do que efetivamente analisar quais os limites e as possibilidades existentes nesta proposta. Até hoje, quando o Poder Público se posiciona a respeito do assunto, eles acreditam que somente os idosos e os sem condições de garimpar o lixo são candidatos a um trabalho organizado e, para exemplificar esta posição, apresentamos o que fala José Henrique Penido, assessor da Presidência da COMLURB, quando perguntado a respeito do processo de organização dos catadores:

Bom nós estamos convivendo com a realidade dos catadores no Aterro desde 1975 e a área até então não era tratada adequadamente e os catadores ao longo do tempo permaneciam na frente de serviço sem organização, mas em 1995 a Comlurb terceirizou o Aterro e a Empresa vencedora do processo licitatório tinha como uma das obrigações além de transformar o lixão em Aterro construir uma Central de Triagem para os catadores trabalharem de forma mais humanizada, com banheiros, refeitórios e a área de separação coberta livre do sol e da chuva. E assim foi feito além da contratação de uma Assistente Social que vem orientando os catadores desde daquela época de forma firme, porém com ternura, e com isto foram para esta Central através da organização deles as

peças mais velhas e os que não tinham mais condições de permanecerem na frente de serviço e até hoje permanecem cerca de quase cem pessoas que se não avançou muito se mantém recebendo um salário menor do que o pessoal da frente, mas se mantém (José Henrique Penido entrevista em 06/07/2007).

Outra maneira de demonstrar o processo de culpabilização do qual o catador é acometido, revela-se através da posição de Ubirajara Jorge, gerente de Divisão da COMLURB, quando o mesmo responde sobre o processo de organização, os avanços e retrocessos dos catadores, pois, apesar de considerar que estão se capacitando, o mesmo enfoca que o aumento do quantitativo é culpa deles, sem levar em conta a realidade nacional que a cada dia expulsa milhares de trabalhadores do mercado formal que ficam à mercê da informalidade para a sobrevivência.

Eu vejo com muita importância a partir do momento que eles se organizaram e cresceram e estão se capacitando tecnicamente e profissionalmente. Acho que o catador hoje é visto de uma forma diferente apesar do poder público ainda vê-lo de uma maneira um tanto preconceituosa.

Bom como avanço eu observo o trabalho do Serviço Social que é voltado para a Associação de Catadores para mobilização do movimento de catadores no Jardim Gramacho, para capacitação e para a própria unificação dos catadores dentro do JG e também a difusão em relação à Cooperativa de catadores esses são os avanços que eu vejo como mais importância. O retrocesso é o crescimento desordenado dos catadores isto mostra certo descontrole por parte dos próprios catadores (Ubirajara Jorge entrevista em 25/05/2007).

Percebemos que por vezes o Poder Público não leva em conta o contexto socioeconômico e cultural existente e responsabiliza aquele que menos contribui para o estado de empobrecimento da população como o único culpado pelo insucesso obtido. Este fenômeno tem relação direta com o que Goffman denomina de identidade social virtual, que seria o sentido que o outro dá em relação ao que ele acredita que a pessoa que está à sua frente deveria ser, no entanto o que se apresenta é a identidade social real, aquilo que os catadores possuem como bagagem de vivência no cotidiano da catação.

Dentro desta realidade, o que pode ser percebido no contexto de identidade social real é que a convivência coletiva não é uma prática exercida pelo universo de catadores e isto fica evidente não somente pelo baixo quantitativo de catadores da COOPERGRAMACHO, mas também quando a maioria dos catadores abordados revela não ter nenhuma filiação associativa e nem organizativa, tanto no trabalho como na vida cotidiana.

Outro ponto que consideramos significativo abordar em relação ao sentido de estigma pontuado por Goffman e tem relação direta com os catadores do território de jardim gramacho é o sentimento de “pessoa normal”, isto é, os catadores desejam ser

inseridos no mercado formal de trabalho com carteira assinada como qualquer outro cidadão porque ele se respalda não no que acredita ser privilégio de todas as pessoas, mas sim por se considerar trabalhador e, portanto, com prerrogativas de inclusão.

Este processo de inclusão no mercado formal de trabalho não se processa somente por ele ser catador, mas sim pelo fato do mundo atual flexibilizado, que mais exclui do que absorve mão-de-obra não qualificada, gerar outro ponto que, segundo Goffman, é central nos estigmatizados: a vergonha do trabalho que exercem, pois ele se materializa como atributo impuro, provocando por vezes nos catadores o processo de autodepreciação.

A autodepreciação apresentada pelos catadores do território de jardim gramacho se apresenta por vezes contraditória, pois em determinados discursos eles revelam que seu trabalho é muito importante, no entanto não têm noção de sua amplitude, pois ao justificarem, eles enfocam que é somente para sua sobrevivência, desprezando assim a questão ambiental, pois sua atividade em muito contribui para a diminuição do impacto ambiental e ainda promove a efervescência da indústria de reciclagem, fator que também eles não dominam, visto que na abordagem realizada com eles, a grande maioria só tem como horizonte da cadeia produtiva industrial, o depósito (ferro-velho), que compra seu material.

Este é o outro fator estigmatizante presente na realidade dos catadores, pois a importância dada ao seu trabalho só alcança o nível de sua sobrevivência, não permitindo o seu papel no cenário sócio-ambiental, tão importante no mundo contemporâneo.

Apesar de este território ser constituído ainda de um segmento significativo de trabalhadores que desconhecem o seu real papel no mundo do trabalho, acreditamos na possibilidade de saída deste estado de desconhecimento, e consideramos que esta representatividade esteja centrada na Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG), através das suas lideranças, mas o que deve ser levado em conta e tomado como cuidado é o poder da representação, pois segundo Goffman este fator pode ser algo positivo na vida do grupo, mas também pode cair no nível da profissionalização da carreira:

É necessária aqui uma explicação sobre aqueles que vêm a atuar como representantes de uma categoria estigmatizada. São pessoas com estigma que têm de início, um pouco mais de oportunidades de se expressar, são um pouco mais conhecidas ou mais relacionadas do que os seus companheiros de sofrimento e que, depois de um certo tempo, podem descobrir que o

“movimento” absorve todo o seu dia e que se converteram em profissionais (Goffman, 1988, p. 35).

O autor complementa a sua reflexão, elucidando uma realidade que nos parece estar bem próxima do que ocorre no território de jardim gramacho, onde as lideranças são por vezes arregimentadas para ocupar outras posições, colocando em dúvida qual é o seu real papel:

Pode-se acrescentar que desde que uma pessoa com um estigma particular alcança uma alta posição financeira, política ou ocupacional – dependendo a sua importância do grupo estigmatizado em questão – é possível que a ela seja confiada uma nova carreira a de representar a sua categoria. Ela encontra-se numa posição muito eminente para evitar ser apresentada por seus iguais como um exemplo deles próprios. (A fraqueza de um estigma pode, assim, ser medida pela forma pela qual um membro da categoria, por mais importante que seja, consegue evitar estas pressões)

Sobre esse tipo de profissionalização são, em geral, formuladas duas observações. Em primeiro lugar, ao fazer de seu estigma uma profissão, os líderes “nativos” são obrigados a lidar com representantes de outras categorias, descobrindo, assim, que estão rompendo o círculo fechado de seus iguais. Em vez de se apoiar em suas muletas, utilizam-nas para jogar golfe, deixando de ser, em termos de participação social, os agentes das pessoas que eles representam.

Em segundo lugar, os que apresentam profissionalmente a opinião de sua categoria podem introduzir certas parcialidades sistemáticas em sua exposição apenas porque estão demasiadamente envolvidos no problema para poderem escrever sobre ele (Goffman, 1988, p. 35-36).

Este cuidado deve ser tomado, pois verificamos por meio da pesquisa que no território de jardim gramacho este fato vem assumindo grandes proporções, visto que no cenário externo os catadores de materiais recicláveis já são pessoas conhecidas e reconhecidas, conforme a fala de alguns representantes da sociedade civil e do Poder Público, quando perguntados se acreditavam que o processo de construção identitária dos catadores do território de jardim gramacho já possui traços marcantes que seja possível identificarem as lideranças dentro e fora do território:

Sim, os catadores de Gramacho vêm participando de eventos da categoria em várias regiões do Brasil, e fui testemunha da desenvoltura dos catadores no Festival Lixo e Cidadania realizada no ano passado, em BH/MG. Um traço marcante é a consciência dos catadores quanto à dominação exercida pela sociedade economicamente ativa e que leva quase sempre a uma tentativa de tutela simbólica do catador (Pólita Gonçalves – FELC/RJ entrevista 28/03/2007).

A participação da ACAMJG dentro do Movimento Nacional dos Catadores, assim como de seu presidente Sebastião Carlos dos Santos, já tem um reconhecimento positivo. Tanto que já há uma expectativa de virem a ocupar a representação regional deste movimento. A participação desta Associação, através de representantes em outros Fóruns ou em espaços de discussão coletiva como: Conselho Estadual de Meio Ambiente, Fórum Nacional e Estadual Lixo e Cidadania, reuniões de discussão do Plano Diretor do município de Duque de Caxias, são exemplos da atuação da ACAMJG

que concorrem para ampliar sua legitimidade dentro do movimento dos catadores (Nahyda Franca – IBASE entrevista em 15/06/2007).

Sim, os catadores além de estarem na Cooperativa também vêm se organizando através da Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho ACAMJG pela via da liderança natural que é o caminho correto das coisas acontecerem para representação deles, inclusive no próprio Movimento Estadual de Catadores e tem sido orientado pela Assistente Social do Aterro e hoje tem um acesso direto com a diretoria da COMLURB, inclusive foi construído por nós um Pólo de Reciclagem no próprio bairro que tem um Prédio que poderá servir para o processo de capacitação e um outro específico para a reciclagem e agora resta o apoio da Prefeitura de Duque de Caxias para o projeto caminhar articulado com outras ações sociais e já conta com quarenta catadores no trabalho, devendo aos poucos agregar um maior número para garantia de renda e de estar levando uma proposta de coleta seletiva no futuro (Jose Henrique Penido entrevista em 06/07/2007).

Mas no próprio território há um distanciamento entre o que as lideranças privilegiam como proposta de trabalho, que se constitui como formulação de políticas públicas, principalmente na área ambiental com foco na coleta seletiva, e ainda a manutenção do trabalho dos catadores através desta política; e o que a maioria dos catadores ainda exercitam, que é de se manter na frente de serviço no garimpo de lixo de forma insalubre, penosa e perigosa aliado ao fato de revelarem que, embora conheçam as lideranças dos catadores, a maioria não sabe o trabalho que é desenvolvido pela Associação como instância de defesa dos direitos da categoria.

Chamamos atenção para a necessidade da representação dos catadores no território de jardim gramacho não perderem de vista a relação intragrupal existente. Embora possam ser reconhecidos como profissionais da categoria, ainda terão que trabalhar muito em prol do processo de organização, portanto não poderão esquecer um ponto importante que Goffman conceitua dos alinhamentos intragrupais:

Embora essas filosofias de vida propostas, essas receitas de ser, sejam apresentadas como resultantes do ponto de vista pessoas do indivíduo estigmatizado, a análise mostra que algo mais as informa. Esse algo mais são os grupos, no sentido amplo de pessoas situadas numa posição semelhante, e isso é a única coisa que se pode esperar, já que o que um indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social.

Um desses grupos é o agregado formado pelos companheiros de sofrimento do indivíduo. Os arautos desse grupo sustentam que o grupo real do indivíduo, o grupo a que ele pertence naturalmente, é esse. Todas as outras categorias e grupos aos quais o indivíduo também pertence são, de modo implícito, considerados como não verdadeiros; ele, na realidade, não é um deles. O seu grupo real, então, é o agregado de pessoas que provavelmente terão de sofrer as mesmas privações que ele sofreu porque têm o mesmo estigma; seu “grupo” real, na verdade, é a categoria que pode servir para o seu descrédito (Goffman, 1988, p123-124).

Alertamos para o que esta previsto acontecer com os catadores no momento de encerramento das atividades de vazamento previstas para acontecer entre oito a doze meses, segundo as falas de representantes públicos tanto da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias como da Prefeitura do Rio de Janeiro, e também da Secretaria Estadual do Ambiente, na 1ª Audiência Pública realizada em 29 de maio de 2008 no próprio bairro, conforme fotografia 10 e 11, anexo 7.2, p. 168, que caberá a representação dos catadores assumir a gestão do processo de garantia de trabalho e renda para todo o contingente de trabalhadores em parceria com as Secretarias do Município sede (Duque de Caxias). Sendo assim, a atenção será no sentido da representação ser efetiva e contemplar o grupo.

Mas como esta relação entre os estigmatizados e os normais pode ser confundida, faz-se necessário ficar alerta para não cair no fato observado por Goffman relativo ao processo de representação dos estigmatizados:

(...) há um conjunto de indivíduos dos quais o estigmatizado pode esperar algum apoio: aqueles que compartilham seu estigma e, em virtude disto são definidos e se definem como seus iguais. O segundo conjunto é composto – tomando de empréstimo um termo utilizado por homossexuais – pelos “informados”, ou seja, os que são normais, mas cuja situação especial levou a privar intimamente da vida secreta do indivíduo estigmatizado e a simpatizar com ela, e que gozam, ao mesmo tempo de uma certa aceitação, uma pertinência cortês ao clã. Os “informados” são os homens marginais diante dos quais o indivíduo que tem um defeito não precisa se envergonhar nem se autocontrolar, porque sabe que será considerado como uma pessoa comum (Goffman, 1988, p.37).

É preciso que os representantes dos catadores fiquem atentos para caminhar com a proposta idealizada pelo Poder Público e chancelada por eles, quanto à manutenção do trabalho e renda para os trabalhadores pela via da coleta seletiva, pois apesar do Município de Duque de Caxias ainda não ter implantado a política pública de resíduos sólidos, acreditamos que esta parceria possa se configurar, através do apoio dos normais aos estigmatizados pela via dos “informados”, conforme aponta Goffman.

Enfim, consideramos que apesar do estigma ser fator presente na realidade dos catadores do território de jardim gramacho, eles têm algumas pistas para romper com os limites impostos ao seu trabalho, tanto pela via pública como pela relação estabelecida com aquele que compra o seu material, mas necessitarão de um forte apoio do grupo dos normais para alavancar forças que possam arregimentar aqueles que não têm consciência do seu papel para o lado da representação.

4.3

Catadores, identidade e cidadania

Ao invés do “pobre” atado pelo destino ao mundo das privações, o cidadão que reivindica e luta por seus direitos; duas figurações opostas e excludentes da questão social. A indiferenciação do pobre remete a uma esfera homogênea das necessidades na qual o indivíduo desaparece como identidade, vontade e ação, pois é plenamente dominado pelas circunstâncias que o determinam na sua impotência.

Vera da Silva Telles, 2001.

Ao tratar dos conceitos de identidade e cidadania focados para o mundo da efervescência de ausências de direitos sociais do território de jardim gramacho, gostaríamos de elucidar como observamos ao longo do estudo a forma como os catadores lidam com a questão.

Sabedores do quadro estigmatizante que permeia toda a relação entre os catadores e a atividade de catar lixo como fonte efetiva de sobrevivência em função do mundo atual que flexibiliza a cada dia mais as relações de trabalho e que, portanto, não admite estes profissionais em outras formas contratuais, acreditamos, que o processo de identidade construído tem relação direta com o que Giddens aponta acerca da modernidade que produz auto-identidade na medida em que promove uma alteração radical na natureza da vida social cotidiana.

Ao articular esta reflexão com o mundo dos catadores do território de jardim gramacho, começamos a compreender que, devido à ausência de padrões que proporcionem a vivência deles na perspectiva da organização social do coletivo e que os leve a ter certeza da garantia de trabalho, faz se transformarem em pobres sem opções de estilo de vida.

Fundamentamos nossa reflexão a partir da posição de Giddens em relação às consequências da modernidade na vida social das pessoas pobres:

Os pobres seriam quase completamente excluídos da possibilidade de escolher estilos de vida. Em grande parte isso é verdade. Questões de classe e desigualdade, dentro de estados ou ao nível mundial, misturam-se de perto com os argumentos deste livro, embora eu não tente documentar essas desigualdades. De fato, divisões de classe e outras linhas fundamentais de desigualdade, como as que dizem respeito a gênero ou etnicidade, podem ser em parte definidas em termos do acesso diferencial a formas de auto-realização e de acesso ao poder discutidas aqui. A modernidade, não se deve esquecer, produz diferença, exclusão e marginalização. Afastando a possibilidade da emancipação, as instituições modernas ao mesmo tempo criam mecanismos de supressão, e não de realização, do eu (Giddens, 2002, p. 13).

Diante disto, podemos ancorar nosso posicionamento a respeito da questão de que a modernidade promove na vida do pobre uma reorganização de tempo e espaço, que segundo Giddens, é conceituada como movimento de desencaixe. Acreditamos que cada vez mais o mundo moderno concorre para fazer com que o homem se torne uma criatura isolada, pensando individualmente formas para se manter vivo. Vislumbramos o reflexo deste fato no território de jardim gramacho, uma vez que o catador prima pela tarefa individual, duvidando da possibilidade de sobreviver em práticas coletivas.

Outra contribuição de Giddens que nos ajuda a pensar a vida que os catadores do território de jardim gramacho levam e como se auto-identificam, são os reflexos advindos do que ele denominou de alta modernidade, apocalíptica por exigir, diante do avanço tecnológico, um aceleração na forma da aquisição de conhecimento para que seja possível alcançar as inovações do mundo. Relativo ao nosso estudo, este fator poderá ser compreendido como a necessidade existente da permanente capacitação dos catadores, com a finalidade de que sejam incluídos de forma digna e não perversa no mundo da reciclagem, fator que não acontece, o que confirma a afirmação de Giddens: “os pobres seriam quase completamente excluídos da possibilidade de escolher estilos de vida” (Giddens, 2002, p.13).

Sendo assim, podemos afirmar que, apesar de concordarmos com a argumentação de Giddens, de que a modernidade cria a auto-identidade em função do mundo promover um isolamento e uma reorganização de tempo e espaço na vida social, acreditamos que seja necessário vislumbrarmos um movimento em que os catadores em processo de organização possam construir suas identidades a partir das diferenças existentes, portanto não focados naquilo que nós somos, mas naquilo que nos tornamos.

Sob nossa ótica, este posicionamento deve ser o ponto de partida para os catadores, atuais representantes do grupo no território de jardim gramacho, como forma de não cair no profissionalismo da carreira, conforme aponta Goffman, para então vislumbrar um processo de criação de identidade profissional que, segundo Dubar, precisa ser alicerçado em vivências concretas de práticas coletivas, pois é garantidora de sucessivas socializações, fator que merece ser experimentado pelos catadores.

Por outro lado, cremos que esta seqüência vivencial deva ser freqüente na vida dos catadores, na garantia de não permitir que as relações sejam estabelecidas com os prazos de validade vencidos, conforme Bauman (2005) salienta em sua análise sobre identidade na modernidade, onde tudo é líquido e passa a ser supérfluo e desnecessário, igualmente ao mundo do lixo.

Para construir seu processo identitário, cremos que os catadores deverão partir para uma ação sólida que remeta à construção de uma organização em rede (Castells, 2002) e, com isto, ser gerado o fortalecimento deles, permitindo serem incluídos na cadeia produtiva industrial como categoria de profissionais competentes e capazes de promover a real destinação de resíduos sólidos de forma ambientalmente correta.

Se articularmos estes pontos abordados sobre a questão da identidade com a noção de garantia de direitos e acesso ao exercício de cidadania, veremos que é outra questão que merece ser reordenada no território de jardim gramacho. Ancoramos esta afirmação em um dos posicionamentos de Vera Telles a respeito do que acontece no horizonte da cidadania no Brasil:

No horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o “pobre”, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isso sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de denegação de direitos (Telles, 2001, p. 51).

Exemplificamos, apresentando um dos pontos abordados na pesquisa que tem relação direta com o limite de acesso a bens e serviços públicos postos ao atendimento da população necessitada. Somente 24 catadores são beneficiados por programas governamentais, o que nos leva a comprovar que a forma experimentada de cidadania se aproxima daquela que Wanderley Guilherme dos Santos conceituou como “regulada”, onde é necessário provar sua condição de trabalhador para ter assegurado seu direito, embora atualmente este fato se constitua como uma ilegalidade, pois fere o princípio da universalização de direitos.

Diante disso, podemos afirmar que os catadores do território de jardim gramacho se configuram duplamente na condição de não cidadão, primeiro por não ter sua profissão reconhecida oficialmente e, portanto não regulamentada, furtando deste profissional a condição de trabalhador que poderia ser assumida pelo mercado formal de trabalho; segundo pelo fato de estar inserido no conceito definido por Sonia Fleury de cidadania invertida, onde é necessário comprovar para o Estado o seu reconhecimento de não cidadão para então se tornar objeto da caridade pública ou privada.

A perda de garantias de direitos é algo advindo pela flexibilização do trabalho, mas também pelo que Vera Telles vem denominando de fragmentação da identidade e perda das referências coletivas, fator que em nossa ótica atinge os catadores do território de jardim gramacho:

Se a precarização do mercado de trabalho, tendência que se vem acentuando nos últimos anos, significa fragmentação de identidades e perdas de referências coletivas, isso não tem tanto a ver com heterogeneidade ou segmentação do mercado de trabalho, e sim com a ausência de direitos, essa medida de equivalência que articula diferenças pela mediação de referências comuns, que fundam modos de mútuo e auto-reconhecimento. E essa é questão que figura com especial importância num momento em que a perda de vigência das formas estatais de regulação das relações de trabalho vem dando lugar à chamada flexibilização das normas trabalhistas (Telles, 2001, p. 104).

Finalizamos enfocando que o catador do território de jardim gramacho é caracterizado por uma condição de não cidadania, devido à ausência de regulamentação profissional agregada ao fato de ter que comprovar sua condição para então usufruir de benefícios sociais, isto é, para ser atendido pelas políticas públicas locais.

Quanto ao seu processo identitário, consideramos que também ainda não foi estruturado, em razão de não ter sido construído uma perspectiva coletiva que permita juntos tomarem decisões acerca da natureza do trabalho que desenvolvem.